

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO EM NORMAS REGULAMENTADORAS (NR-10, NR-33 E NR-35)****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.

**2. ÁREA DEMANDANTE**

| Local / Departamento   | Responsável                  |
|--|------------------------------|
| SMCSP – Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança Pública  | Emmanuel Tiago dos Santos    |
| SME – Secretaria Municipal de Educação   | Claudio Zunko Honda          |
| SMESP – Secretaria Municipal de Esporte  | Admilson Aparecido Anhaia    |
| SMICQP/DAERO – Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Qualificação Profissional / Departamento de Aeroporto                | Mario Allonso Lemos          |
| SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente   | Olmiro Ramão Bianchini Filho |
| SMRH/SESMT – Secretaria Municipal de Recursos Humanos/Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho | Gisele Aparecida Supanik     |
| SMS – Secretaria Municipal de Saúde  | Lincoln Merhy Kogik          |
| SMSP – Secretaria Municipal de Serviços Públicos   | Jociane Taborda dos Santos   |
| FASPG - Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa   | Lumiane Niski                |

**3. OBJETO:**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento teórico e prático de Segurança no Trabalho em Altura (NR-35), Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados (NR-33) e Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade (NR-10), para serem utilizados pelas Secretarias e Fundações da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR. Esta contratação é fundamental para garantir a integridade física de seus servidores que atuam em condições de risco e a obrigatoriedade do atendimento às NR-33, NR-35 e NR-10.

**3.1 Especificação técnica do objeto:**

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|------|---|---------|------------|
| 1    | 1    | TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA – FORMAÇÃO (8H)      | SVÇ     | 1          |
|      | 2    | TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA – RECICLAGEM (8H)    | SVÇ     | 1          |
| 2    | 1    | TREINAMENTO NR-33 – TRABALHADORES E VIGIAS – FORMAÇÃO (16H) | SVÇ     | 1          |

|   |   |  |     |   |
|---|---|--|-----|---|
|   | 2 | TREINAMENTO NR-33 – TRABALHADORES E VIGIAS – RECICLAGEM (8H)   | SVÇ | 1 |
|   | 3 | TREINAMENTO NR-33 – SUPERVISOR DE ENTRADA – FORMAÇÃO (40H)   | SVÇ | 1 |
| 3 | 1 | TREINAMENTO NR-10 – CURSO BÁSICO - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE PARA BAIXA TENSÃO (40H)       | SVÇ | 1 |
|   | 2 | TREINAMENTO NR-10 – COMPLEMENTAR - SEGURANÇA NO SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA E SUAS PROXIMIDADES (ALTA TENSÃO) (40H) | SVÇ | 1 |

#### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa de quantitativos foi calculado com base nos anos anteriores, levantamento de necessidades pelos Departamentos demandantes e outras solicitações anexadas ao processo.

| Descrição  | Unid.  | SMMA | SMS | SESMT | SMSP | SMESP | SME | FASPG | SMCSP | SMICQP/DAERO | TOTAL | RESERVA 30% | TOTAL GERAL |
|--|--------|------|-----|-------|------|-------|-----|-------|-------|--------------|-------|-------------|-------------|
| TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA – FORMAÇÃO (8H)   | ALUNOS | 2    | 10  | 7     | 32   | 4     | 6   | 6     | 10    | 1            | 78    | 23          | 101         |
| TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA – RECICLAGEM (8H)   | ALUNOS | -    | -   | -     | 6    | 5     | -   | 6     | 10    | 1            | 28    | 8           | 36          |
| TREINAMENTO NR-33 – TRABALHADORES E VIGIAS – FORMAÇÃO (16H)  | ALUNOS | -    | -   | -     | 23   | -     | -   | -     | 10    | -            | 33    | 10          | 43          |
| TREINAMENTO NR-33 – TRABALHADORES E VIGIAS – RECICLAGEM (8H)   | ALUNOS | -    | 10  | -     | 5    | -     | -   | -     | 10    | -            | 25    | 8           | 33          |
| TREINAMENTO NR-33 – SUPERVISOR DE ENTRADA – FORMAÇÃO (40H)   | ALUNOS | -    | 4   | 7     | 16   | 2     | -   | -     | 5     | -            | 34    | 10          | 44          |
| TREINAMENTO NR-10 – CURSO BÁSICO - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE PARA BAIXA TENSÃO (40H)       | ALUNOS | 2    | 10  | 7     | -    | 4     | -   | 6     | 10    | 1            | 40    | 12          | 52          |
| TREINAMENTO NR-10 – COMPLEMENTAR - SEGURANÇA NO SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA E SUAS PROXIMIDADES (ALTA TENSÃO) (40H) | ALUNOS | -    | -   | -     | 7    | 4     | -   | -     | 10    | -            | 21    | 6           | 27          |

**5. LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os treinamentos ocorrerão em espaço disponibilizado pela contratada, que deve contar com infraestrutura técnica adequada para a simulação real de cenários de risco. Visando a economicidade administrativa e a redução de custos com deslocamento, o centro de capacitação deve situar-se em Ponta Grossa. O agendamento das turmas será programado conforme a escala operacional das secretarias e o fluxo de caixa municipal.

A empresa deverá fornecer o ambiente, todos os equipamentos necessários e emitir os respectivos certificados de conclusão para os participantes. Além disso, devem ser oferecidos coffee breaks nos períodos da manhã e tarde, compostos por, no mínimo, café, leite, chá, sanduíche e bolo, em quantidade suficiente para os alunos inscritos.

**6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

Em se tratando de serviços, foi realizada pesquisa de mercado com fornecedores especializados, sites eletrônicos e contratações públicas similares para levantamento do preço de referência para os serviços de treinamento.

**7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**R\$ 88.464,28** (Oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

**8. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento teórico e prático de Segurança no Trabalho em Altura (NR-35), Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados (NR-33) e Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade (NR-10), enquadra-se como SERVIÇO COMUM.

O local de realização dos treinamentos será conforme as especificações apresentadas no item 5 deste estudo.

Utilizar-se de profissionais devidamente habilitados e capacitados com proficiência comprovada nos temas.

Assumir os riscos e despesas necessárias à boa e perfeita entrega do serviço contratado.

A contratação observará tanto o orçamento quanto a escala operacional dos servidores, respeitando a disponibilidade orçamentária a cada pedido de fornecimento e evitando a interrupção de serviços essenciais em que, por isso, optou-se pelo fornecimento dos bens através do Sistema de Registro de Preços.

A empresa deverá executar os serviços conforme solicitado e disposto no Termo de Referência, inclusive deverá obedecer aos prazos e garantias nele listados.

**8.1. Natureza da contratação**

Trata-se de fornecimento de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado.

**8.2 Duração inicial da Ata:**

Doze meses podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**8.3. Relevância dos requisitos estipulados:**

A contratação nos presentes termos, atende às necessidades da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR no que tange às exigências.

**8.4. Da participação em consórcio**

Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do edital e da legislação aplicável.

Na hipótese de exigência de requisitos de habilitação econômico-financeira, o consórcio deverá comprovar acréscimo de 10% (dez por cento) sobre os valores exigidos para licitantes individuais, salvo se constituído integralmente por Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP).

#### **8.5 Exigências para habilitação técnica:**

##### **8.5.1** Exigências a serem definidas quando necessário para contratação do objeto.

a) atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m), de forma satisfatória, a aptidão do licitante para o desempenho de atividade e/ou fornecimento compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata este processo licitatório.

b) registro ou inscrição na entidade profissional competente;

c) apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica pela execução dos treinamentos semelhantes ao objeto desta licitação.

##### **8.5.2 Da habilitação econômica-financeira**

Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado e execução ao longo da vigência da ata, torna-se necessária a verificação da capacidade econômico-financeira da licitante, a fim de minimizar riscos de inadimplemento contratual e assegurar a continuidade do fornecimento.

Para fins de comprovação da boa situação financeira, será exigida:

a) apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;

b) a documentação contábil apresentada deverá ser submetida à análise do **Setor Contábil** competente, para emissão de parecer quanto à regularidade e à situação econômico-financeira da licitante.

#### **8.6 Critérios de sustentabilidade**

No âmbito da execução teórica e prática, a contratada deverá privilegiar o uso de materiais didáticos em formato digital ou, quando impressos, em papel reciclado ou com certificação de origem sustentável (FSC), visando a redução do consumo de celulose. Durante as atividades práticas, deverá haver o gerenciamento adequado de eventuais resíduos sólidos gerados, garantindo a destinação final ambientalmente correta, além da manutenção preventiva dos simuladores e equipamentos de resgate para evitar desperdício ou contaminações.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225 da Constituição Federal de 1988).

**Decreto Municipal nº 11.328/2016:**

**Art. 3º** Fica criado Programa de Compras Públicas Sustentáveis com a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental nas compras e licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis no âmbito do Município.

**Parágrafo único** – Para execução do Programa ficam instituídas as compras sustentáveis para os seguintes produtos:

(...)

**Art. 6º** São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

- III – Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII – Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

(....)

Deve garantir que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2. Garantir que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

#### **8.7 Principais normativos que disciplinam o objeto a ser contratado**

Constituição Federal de 1988.

Lei nº 14.133/2021.

Decreto Municipal nº 21.500/2023 e alterações.

Decreto Municipal nº 11.328/2016.

Lei nº 12.349/2010.

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2

Lei nº 8.078/1990.

NR 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais

NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade.

NR 33 - Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados.

NR 35 - Trabalho em altura.

#### **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

O presente estudo, como já informado, refere-se à contratação de empresa especializada em treinamentos nas normas regulamentadoras para atender a demanda da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. A solução proposta é para garantir a continuidade e adequabilidade das atividades inerentes ao Município. Sugerimos, a adoção da licitação na **modalidade pregão eletrônico** por meio de Sistema de Registro de Preços, por estar evidenciada a necessidade de contratações frequentes e por se tratar de um objeto que não possibilita definir previamente o quantitativo demandado durante a vigência da Ata, sendo utilizado como critério de julgamento o **menor preço por item**.

#### **10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica quaisquer especificidades que venham exigir seu agrupamento, devendo prevalecer a regra geral de parcelamento, respeitando a divisibilidade do bem e visando garantir a ampla concorrência, preferências e benefícios previstos em lei.

A divisão do objeto por itens ou lotes, com a possível ampliação da quantidade de contratos, revela-se administrativa e economicamente interessante, vez que propicia a ampliação da concorrência entre os fornecedores, contribuindo para preços mais baixos.

#### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há.



## 12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

| ÓRGÃOS       | DEMANDA PCA Nº  |
|--------------|---|
| SMCSP        | 686/2026 e 2506/2026  |
| SME          | Justificativa: demanda não prevista no PCA 2026. A ser incluída quando disponibilizado período para revisão ou no PCA 2027. Contratação necessária conforme justificado no item 5 da DFD.   |
| SMESP        | Justificativa: A presente demanda não constou no Plano de Contratação Anual da SMESP para o exercício de 2026 em razão de, à época de sua elaboração, não ter sido identificada a necessidade institucional desses serviços. Posteriormente, após análise operacional e gerencial das atividades externas desenvolvidas pela Secretaria, verificou-se a relevância da adoção de treinamento e reciclagem conforme as normas regulamentadoras em questão, bem como da necessidade de manutenção da habilitação desses trabalhadores para a execução segura de suas atividades e também atender os requisitos para a caracterização destes trabalhos, os critérios para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção, de forma a garantir a segurança e a saúde dos servidores. |
| SMICQP/DAERO | 477/2026  |
| SMMA         | 1518/2026 e 3324/2026   |
| SMRH/SESMT   | 2553/2026   |
| SMS          | 272/2026  |
| SMSP         | 429/2026 e 3227/2026  |
| FASPG        | 2732/2026, 1126/2026 e 2199/2026  |

## 13. RESULTADOS PRETENDIDOS:

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento teórico e prático de Segurança no Trabalho em Altura (NR-35), Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados (NR-33) e Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade (NR-10) busca alcançar a regularização integral das certificações obrigatórias dos servidores da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, garantindo que o efetivo exposto a estes riscos estejam devidamente capacitados e autorizados para o exercício de suas funções.

O principal resultado esperado é a mitigação severa de acidentes de trabalho graves e fatais, uma vez que a instrução técnica e prática atua diretamente na percepção de riscos e na correta utilização de equipamentos de proteção. Pretende-se, ainda, otimizar a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de manutenção, obras e iluminação pública, evitando interdições por falta de treinamento e garantindo que as equipes operem sob padrões de segurança técnica, promovendo uma cultura de prevenção e valorização da vida no ambiente de trabalho municipal.

## 14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DA ATA:

Não são necessárias providências prévias para a execução da solução.

## 15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Objetivando minimizar os impactos ambientais e promover o desenvolvimento nacional sustentável, conforme a Instrução Normativa nº 01/2010 (SLTI/MPOG) e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, a Contratada deverá observar os seguintes requisitos na execução dos serviços:

- A contratada deverá priorizar a utilização de material didático impresso em papel reciclado ou com certificação de origem ambientalmente regular (FSC ou equivalente), estimulando, sempre que possível, o uso de mídias digitais;

- Todos os resíduos gerados durante as aulas práticas e os períodos de intervalo (*coffee break*) deverão ser segregados para coleta seletiva, responsabilizando-se a contratada pela sua destinação final ambientalmente adequada;

- Deverá ser evitada a utilização de materiais descartáveis (copos, pratos e talheres). Caso sejam necessários, devem ser priorizados itens de material biodegradável ou reciclável;
- Os insumos alimentares deverão, preferencialmente, ser adquiridos de fornecedores que utilizem embalagens com o menor volume possível e materiais que permitam a reciclagem;
- Os equipamentos utilizados nas simulações reais de cenários de risco (NR 10, 33 e 35) deverão estar em perfeitas condições de manutenção, visando evitar vazamentos de fluidos ou emissões desnecessárias, além de garantir a máxima eficiência energética;
- A contratada deverá orientar os participantes sobre o uso racional de água e energia elétrica nas dependências onde ocorrerão os treinamentos;
- A empresa deverá manter, durante toda a execução contratual, as licenças e alvarás ambientais exigidos para o exercício de sua atividade, comprovando o cumprimento da legislação ambiental pertinente junto à fiscalização do contrato, quando solicitado.

#### **16. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA EMPRESA A SER CONTRATADA**

Além das obrigações usuais é obrigação da CONTRATADA:

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:

- a) prestar os serviços de treinamento conforme especificações de carga horária e conteúdo das NR's 10, 33 e 35, nos prazos e locais definidos, acompanhados da Nota Fiscal que detalhe as turmas e períodos de execução;
- b) responsabilizar-se por falhas técnicas na instrução ou danos decorrentes da execução do treinamento, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- c) reexecutar, às suas expensas, as aulas ou módulos que apresentem vícios técnicos, inadequação às normas regulamentadoras ou falha comprovada na ministração do conteúdo;
- d) comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer impossibilidade de cumprimento do cronograma agendado, apresentando a devida justificativa;
- e) manter, durante toda a execução da ata, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas (incluindo registro em conselhos de classe e certificações de instrutores);
- f) indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata;
- g) fornecer aos alunos o material didático atualizado, equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários para a prática e, ao final, emitir os certificados de conclusão em conformidade com a NR-1;
- h) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas, entre a CONTRATADA e seus empregados;
- i) efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas de seus empregados nas datas determinadas pela legislação em vigor;
- j) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares da sua área de atuação específica;
- k) apresentar durante a execução da Ata, se solicitado, documentos que comprovem cumprir a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, bem como Certidões Negativas de Débito Salarial, expedida pela Delegacia Regional do Trabalho — DRT;
- l) permitir e facilitar a fiscalização, a inspeção dos serviços a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, por escrito;
- m) viabilizar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto da presente Ata;
- n) permitir pleno poder ao CONTRATANTE na supervisão, acompanhamento e controle do desempenho das atividades do objeto desta Ata.

#### **17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:**

A viabilidade deste ETP fundamenta-se na obrigatoriedade legal de capacitação dos servidores em segurança do trabalho, sendo indispensável para a continuidade das atividades operacionais da administração direta e indireta do Município de Ponta Grossa/PR. Os custos estão alinhados com o Plano de Contratações Anual (PCA) garantindo a conformidade com as Normas Regulamentadoras (NR 10, 33 e 35), estando prevista a execução do serviço.

Diante das especificidades técnicas exigidas, que demandam infraestrutura simulada e instrutores com proficiência comprovada, a contratação de empresa especializada apresenta-se como a solução mais vantajosa, assegurando a economicidade e a redução de riscos de acidentes de trabalho.

Considerando as informações deste Estudo Técnico Preliminar, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente viável e juridicamente necessária.

Ponta Grossa, 04 de Maio de 2026

Assinado por:

*Maricles Constantino*

06/05/2026 - 11:49

BFNCVW3XSTSBYKEO5XXCVG

Nome  
Assinatura

Assinado por:

*João Rafael Safonoff Ribeiro*

06/05/2026 - 11:49

F20LDR4QR1KFJBHIK3UK6W

Nome  
Assinatura